



28-05-2004 - Goiânia (GO)

Lixo atômico recebe mais atenção do que as vítimas do césio 137

Greenpeace pretende dar divulgação à situação de abandono em que vivem os contaminados no acidente de Goiânia

O Greenpeace, a convite do Conselho Regional de Psicologia de Goiás e Tocantins, foi a Goiânia e Abadia de Goiás (GO) ontem (27/05) para participar do lançamento da versão em inglês do vídeo "Césio 137 – O Brilho da Morte" e verificar a situação dos atingidos pela catástrofe de 15 anos atrás. Durante a tarde, vítimas do acidente radiológico, ambientalistas e lideranças regionais estiveram em uma visita de caráter político ao depósito de lixo atômico no município de Abadia de Goiás.

"Mais do que inspecionar as instalações e checar as condições de armazenamento do material contaminado, tarefa para especialistas e estudiosos, estamos aqui para exigir a reparação dos danos causados, para que justiça seja finalmente feita", disse Sérgio Dialeachi, coordenador da Campanha de Energia do Greenpeace.

Do alto de um dos montes do material removido após o acidente de 1987, Odesson Alson Ferreira, presidente da Associação das Vítimas, comoveu os presentes ao declarar: "Depois de 16 anos, eu me vejo agora pisando em cima do meu passado. Tudo o que foi meu está aqui. Faz parte da minha vida".

Não bastassem as sequelas da contaminação, as vítimas do Césio 137 têm sido tratadas com descaso e discriminação. "Cuidar da saúde mental das vítimas do Césio 137 pressupõe a reconstrução de sua cidadania. O Conselho Regional de Psicologia sempre se comprometeu com a causa das vítimas, cumprindo a função social e política da Psicologia como ciência e profissão", afirmou Júlio de

CÉSIO 137 – GOIÂNIA – GOIÁS - BRASIL



Oliveira Nascimento, conselheiro-presidente do Conselho Regional de Psicologia (9a região GO/TO).

À noite, em um shopping center de Goiânia, foi lançada a versão em língua inglesa da obra "Césio 137 – O Brilho da Morte", vencedor de prêmio no V Fica (Festival Internacional de Cinema Ambiental de Goiás).

"O filme retrata a realidade nua e crua dos momentos difíceis que os meus amigos vivenciaram. É uma luta incessante em prol da Humanidade, na esperança da vitória" esclareceu a cineasta Laura Pires, produtora do documentário "Césio 137 – O Brilho de Morte" e viúva do também cineasta Roberto Pires, outra vítima do acidente de Goiânia, contaminado ao realizar filmagens do lixo atômico e morto há três anos.

Apesar de todas as perdas que têm vivido, as vítimas do mais grave acidente radiológico da História, não perdem a vontade de lutar por uma vida mais digna. O policial militar João Batista da Silva, que se contaminou durante o cumprimento de seu dever nos trabalhos de isolamento da área atingida, resumiu bem a esperança que carregam: "Por muito lutar, iremos vencer! São muitos anos de luta. Não podemos perder se estivermos unidos em torno de um propósito sólido em prol da humanidade".

Fonte: Greenpeace – Brasil (www.greenpeace.org.br)

06-08-2004 - Brasília (DF)

Vítimas do Césio 137 serão ouvidas pelo Ministério da Justiça

Representantes do Greenpeace, da Associação de Vítimas do Acidente do Césio 137 e do Conselho Regional de Psicologia (GO-TO) entregaram hoje ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça, um pedido para que o governo dê assistência às vítimas do acidente de Goiânia. Ao receber o vídeo "Césio 137 – O Brilho da Morte" e os documentos sobre o caso, Perly Cipriano, membro do Conselho, já assumiu o compromisso de agendar para 16 de setembro uma reunião de representantes do

CÉSIO 137 – GOIÂNIA – GOIÁS - BRASIL



órgão com as vítimas, para que elas possam dar seus depoimentos.

Até hoje, 17 anos após o pior desastre radiológico do mundo, as pessoas afetadas ainda não foram devidamente indenizadas e continuam sem auxílio adequado por parte do governo. “Nós exigimos que o governo federal reative a Fundação Leide das Neves Ferreira para que ela possa fornecer assistência - médica, psicológica e social - até a terceira geração das vítimas. Também é necessário que a Fundação tenha participação nas três esferas do poder público”, afirmou Odesson Alvez Ferreira, presidente da Associação das Vítimas do Césio 137.

Para Júlio Oliveira Nascimento, presidente do Conselho Regional de Psicologia de Goiás-Tocantins – que tem prestado assistência às vítimas do Césio 137 -, é preciso que o governo federal assuma sua responsabilidade pelo episódio de Goiânia. “O governo tem de se comprometer a desenvolver políticas públicas de saúde e resgate da cidadania das vítimas”.

O acidente ocorrido em Goiânia é uma prova da falta de fiscalização e controle dos equipamentos e das instalações nucleares no Brasil. Na época, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia responsável pela fiscalização de materiais e instalações nucleares, não conseguiu impedir a contaminação ocorrida quando o Césio 137 – um subproduto das usinas nucleares presente nos aparelhos de radioterapia – foi retirado de um equipamento que estava em um depósito do Instituto Goiano de Radioterapia.

“Antes dos ministérios de Defesa e de Ciência e Tecnologia pleitearem a expansão das atividades nucleares no País, eles deveriam garantir que as fontes radioativas já existentes estivessem sob controle absoluto”, disse Sérgio Dialetachi, da Campanha de Energia do Greenpeace Brasil.

Na noite desta quinta-feira, o Greenpeace projetou, na parede externa do Ministério da Ciência e Tecnologia, uma versão reduzida

CÉSIO 137 – GOIÂNIA – GOIÁS - BRASIL



do documentário “Césio 137 – O Brilho da Morte”, que relata a situação atual das vítimas do acidente radioativo de Goiânia. O objetivo do protesto era alertar para a insegurança nuclear no Brasil e exigir justiça para as vítimas do desastre. A atividade marcou também os 59 anos da explosão da bomba de Hiroshima, ocorrida no Japão em 6 de agosto de 1945.

Fonte: Greenpeace – Brasil (www.greenpeace.org.br)

05-08-2004 - Brasília

Greenpeace alerta para falta de segurança nuclear

Organização aponta descaso das autoridades para com as vítimas do Césio 137, pior acidente radiológico do planeta; evento marca os 59 anos do bombardeio de Hiroshima

O Greenpeace projetou hoje à noite, na parede externa do Ministério da Ciência e Tecnologia, uma versão reduzida do documentário “Césio 137 – O Brilho da Morte”, que relata a situação atual das vítimas do acidente radioativo de Goiânia, ocorrido em 1987. O objetivo do protesto era alertar para a insegurança nuclear no Brasil e exigir justiça para as vítimas do desastre. Estiveram presentes na projeção o presidente do Conselho Regional de Psicologia de Goiás-Tocantins, Dr. Júlio Oliveira Nascimento e o presidente da Associação das Vítimas do Césio 137, Odesson Alves Ferreira. A atividade marcou também os 59 anos da explosão da bomba de Hiroshima, ocorrida no Japão em 6 de agosto de 1945.

“Antes dos ministérios de Defesa e de Ciência e Tecnologia pleitearem a expansão das atividades nucleares no País, eles deveriam garantir que as fontes radioativas já existentes estivessem sob controle absoluto”, disse Sérgio Dialetachi, da Campanha de Energia do Greenpeace Brasil.

Os equipamentos e as instalações nucleares em operação no Brasil estão sem controle e não são adequadamente fiscalizados. O desastre ocorrido em Goiânia há mais de uma década é a prova real dessa falta de fiscalização. Na época, a Comissão Nacional de Energia

CÉSIO 137 – GOIÂNIA – GOIÁS - BRASIL



Nuclear (CNEN), órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia responsável pela fiscalização de materiais e instalações nucleares, não conseguiu impedir a contaminação ocorrida quando o Césio 137 – um subproduto das usinas nucleares presente nos aparelhos de radioterapia – foi retirado de um equipamento que estava em um depósito do Instituto Goiano de Radioterapia.

“Nós exigimos que o governo federal reative a Fundação Leide das Neves Ferreira para que ela possa fornecer assistência - médica, psicológica e social - até a terceira geração das vítimas. Também é necessário que a Fundação tenha participação nas três esferas do poder público”, afirmou Odesson Alvez Ferreira, presidente da Associação das Vítimas do Césio 137. Para Júlio Oliveira Nascimento, presidente do Conselho Regional de Psicologia de Goiás-Tocantins – que tem prestado assistência às vítimas do Césio 137 -, é preciso que o governo federal assuma sua responsabilidade pelo episódio de Goiânia. “O governo tem de se comprometer a desenvolver políticas públicas de saúde e resgate da cidadania das vítimas”.

Atualmente, de acordo com o deputado Edson Duarte (PV-BA), a CNEN desconhece a localização de mais de 30 mil fontes radioativas e tampouco sabe as condições em que essas fontes se encontram (1). “No mundo inteiro a preocupação com contaminação refere-se a depósitos de materiais radioativos, pára-raios ionizantes, submarinos nucleares e a possibilidade de atentados terroristas contra comboios e instalações nucleares. No Brasil a situação é muito pior, pois não temos sequer um cuidado mínimo com aparelhos de radioterapia em nossos hospitais, e de radiografia em nossas fábricas e canteiros de obras”, completou Dialetachi. “É necessário que o governo federal estabeleça uma política de controle das instalações nucleares no País para que um episódio como o de Goiânia não se repita”, concordou Nascimento.

Uma outra constatação preocupante, que agrava ainda mais a falta de segurança e de fiscalização das instalações nucleares no País, é a denúncia feita pela Associação dos Fiscais de Radioproteção, e avalizada pelo Tribunal de Contas da União, sobre redução de pessoal

CÉSIO 137 – GOIÂNIA – GOIÁS - BRASIL



e verbas destinados ao controle das atividades nucleares no País (1). Em caso de acidente, não há planos, pessoal capacitado e equipamentos adequados para lidar com emergências nas usinas Angra 1 e 2 (RJ), na mina de urânio de Caetité (BA), nem no transporte e armazenagem de material radioativo durante a utilização de energia atômica na medicina, na engenharia e na indústria.

Fonte: Greenpeace – Brasil (www.greenpeace.org.br)

Vítimas do césio cobram assistência do governo federal

15/09/2005 - Na audiência pública das comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o presidente da Associação das Vítimas do Césio 137, Odesson Alves Ferreira, reivindicou assistência médica e financeira do governo federal. Odesson observa que, 18 anos após o acidente em Goiânia, muitas das vítimas estão desempregadas e "não tem como garantir seus direitos à vida e à saúde". "O governo federal não fez nada ainda pelas vítimas do césio. Nunca deu medicamentos, mas apenas uma pensão para algumas pessoas", lamentou. A pensão do governo federal foi concedida em 1996 para apenas 160 pessoas. No entanto, a associação tem catalogadas 1,5 mil vítimas com seqüelas físicas, anomalias ou doenças como o câncer. O governo de Goiás também oferece uma pensão a 149 pessoas.

Longo prazo

O presidente da associação sugere que os governos federal, estadual e a prefeitura de Goiânia se unam para dar assistência às vítimas do césio até o fim de suas vidas. "Sabemos que o agravamento da contaminação do césio ocorre a médio e longo prazo", observou Odesson, que também é vítima do acidente.

O representante da Comissão Nacional de Energia Nuclear Nelson Valverde explicou que outras radiações ionizantes, como os raios X e gama, representam grande risco de contaminação. "Estamos todos preocupados com a exposição ao material radioativo em geral, não só do césio", comentou.



Fonte: Câmara Federal (www.camara.gov.br)

Césio 137: ainda há vítimas sem assistência, diz entidade

O problema das vítimas do acidente com o césio 137 que não são reconhecidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) está em um dossiê do Ministério Público de Goiás apresentado há pouco na Câmara. O documento foi entregue pelo presidente da Associação das Vítimas do Césio 137, Odesson Alves Ferreira, às comissões que realizam debate sobre os problemas de saúde decorrentes de contaminação por substâncias tóxicas.

No painel que discutiu o acidente ocorrido em Goiânia em 1987, o representante do Ministério da Saúde, Tarcísio Neves da Cunha, disse que o ministério participa de grupo de trabalho formado em 2001, junto com o Ministério Público e o governo de Goiás. Outro trabalho do ministério, de acordo com Cunha, refere-se ao fortalecimento da Secretaria de Saúde de Goiás. O órgão, segundo ele, é o maior responsável pela assistência às vítimas até hoje.

Centro de referência

Cunha afirmou que o ministério atua também para manter pesquisa científica por meio da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) para aprofundar o conhecimento sobre as seqüelas daquele acidente. Outra linha de trabalho é fomentar a criação de um centro de referência, que reunirá todos os dados e informações existentes a fim de prevenir outros acidentes.

O procurador regional dos Direitos do Cidadão de Goiás, Goedhe Odilon Freitas de Abreu, disse que a legislação que atualmente rege a área de fiscalização sobre as entidades que aplicam radioisótopos (elementos que contêm radioatividade) é anterior à Constituição. Por esse motivo, alertou, há necessidade de atualizar essas leis.

O deputado Luciano Zica (PT-SP) demonstrou disposição de procurar o governo. "Nós vamos tentar envolver os ministérios ligados



diretamente à solução do problema - Justiça, Previdência e Saúde - para viabilizar uma audiência com o presidente Lula, a fim de buscar um meio mais rápido de resolver o problema (de apoio às vítimas)", disse Zica.

Benzeno

Já começou o último debate da audiência pública, para discutir a leucopenia, doença provocada pela contaminação por benzeno e que se caracteriza pela diminuição dos glóbulos brancos do sangue. O benzeno é produzido por empresas petroquímicas e utilizado em empresas de siderurgia, indústrias químicas ou laboratórios. Está presente na cola utilizada na indústria de sapato e outros produtos de couro, tintas e vernizes.

O evento é promovido pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Os debates estão sendo realizados no plenário 9.

Fonte: Câmara Federal (www.camara.gov.br)